

## **Perspectivas ideológicas em política externa nas eleições presidenciais brasileiras de 2018.**

Flávio Contrera  
[flavio.contrera@gmail.com](mailto:flavio.contrera@gmail.com)  
Universidade Federal de São Carlos

Matheus Lucas Hebling  
[matheushebling@gmail.com](mailto:matheushebling@gmail.com)  
Universidade Estadual de Campinas

### **Regionalismos y Análisis de Política Exterior**

Trabajo preparado para su presentación en el X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, de la Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas (ALACIP), en coordinación con la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas (AMECIP), organizado en colaboración con el Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM), los días 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto de 2019.

**Resumo:** O artigo teve como objetivo principal estimar o posicionamento e diferenciar ideologicamente os partidos que disputaram as eleições presidenciais brasileiras de 2018, através da análise de suas posições sobre política externa, expressas em seus manifestos de campanha. Estimadas nas escalas esquerda-direita e minimalista-protagonista, as posições dos partidos na política externa em 2018 foram contrastadas também com as posições partidárias estimadas nos manifestos das campanhas de 2010 e 2014. Os resultados demonstraram que a maioria dos partidos que disputaram as eleições presidenciais de 2018 se posicionaram à direita e que apenas os partidos posicionados à extrema-esquerda defendem um papel minimalista para a política externa brasileira. Ademais, ao comparar os manifestos partidários de 2018 com os das eleições de 2010 e 2014, verificamos que há estabilidade na ordenação ideológica dos partidos, da esquerda à direita, e que os cinco partidos que disputaram as últimas três eleições presidenciais caminharam mais à esquerda, de eleição para eleição.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira, Eleições, Partidos Políticos, Projeto Manifesto.

**Abstract:** The main objective of this article was to estimate the position and differentiate ideologically the parties that disputed the Brazilian presidential elections of 2018, through the analysis of their positions on foreign policy expressed in their campaign manifests. Based on the left-right and minimalist-protagonist scales, the positions of the parties in foreign policy in 2018 were also contrasted with the party positions estimated in the manifestoes of the 2010 and 2014 campaigns. The results showed that the majority of the parties that disputed the presidential elections of 2018 have positioned themselves to the right and that only the parties positioned to the extreme left defend a minimalist paper for Brazilian foreign policy. Moreover, when comparing the party manifestos of 2018 with those of the 2010 and 2014 elections, we find that there is stability in the ideological ordering of parties from left to right and that the five parties that competed in the last three presidential elections have moved farther left, of election for election.

**Keywords:** Brazilian Foreign Policy, Elections, Political Parties, Manifesto Project.

## **Introdução**

No primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2018, a candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) expressou no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) na TV que o país vivia um dos momentos mais delicados de sua democracia. Associando as candidaturas de Bolsonaro (PSL) e Haddad (PT) ao chavismo, afirmava-se: “o risco de o Brasil se tornar uma nova Venezuela é real, a partir dos extremismos que estão colocados nessa eleição” (PSDB, 2018b). No segundo turno, a campanha de Bolsonaro na TV construiu a narrativa de que teria ocorrido uma

ascensão do socialismo na América Latina, destacando o papel-chave do Foro de São Paulo, identificando a instituição como o “grupo liderado por Lula e Fidel Castro” (PSL, 2018b). Durante o período eleitoral, menções sobre a crise política, econômica e migratória na Venezuela, bem como seu impacto no Estado de Roraima eram frequentes nos veículos de comunicação.

Com efeito, o interesse dos partidos e dos eleitores pelas questões de política externa atingiram um novo patamar nas eleições de 2018. Assuntos como as relações do Brasil com a Venezuela e o futuro do Programa “Mais Médicos” romperam o escopo do noticiário da mídia e da propaganda dos partidos na TV, penetrando nas rodas de conversa dos eleitores e mostrando que a política externa está muito mais envolvida com a produção de política pública do que o eleitor médio possa considerar. Partindo desse cenário, procuramos entender se as questões de política externa teriam sido mais frequentes também nos manifestos de campanha presidenciais, quais perspectivas ideológicas teriam prevalecido nas eleições de 2018 e se ocorreram mudanças de posicionamento ideológico em relação às eleições anteriores.

Com o intuito de responder a essas questões, o artigo teve como objetivo principal estimar o posicionamento e diferenciar ideologicamente os partidos que disputaram as eleições presidenciais brasileiras de 2018, através da análise de suas posições sobre política externa, expressas em seus manifestos de campanha. Ademais, buscou contrastar as estimações ideológicas dos partidos em 2018 com as manifestadas em 2010 e 2014, nas escalas esquerda-direita e minimalista-protagonista.

Nesse sentido, este artigo deu seguimento à análise que realizamos sobre as posições partidárias em política externa nas eleições de 2014 (Contrera e Hebling, 2017). Dialoga também com os trabalhos produzidos no âmbito do *Manifesto Research on Political Representation* (MARPOR) para a Europa (Merz et al, 2016; Volkens et al, 2006; 2013; 2015; Benoit et al, 2012; Regel, 2010) e compartilha com o grupo a percepção da necessidade de expansão do escopo de aplicação de seu método para a América Latina (Ares; Volkens, 2017). Por outro lado, o artigo aqui proposto contrapõe-se aos trabalhos do MARPOR ao concluir que para a realização desta expansão é necessária a adaptação das categorias de análise e da escala RILE à realidade histórica e socioeconômica local. Neste ponto, dialogamos com os trabalhos de Tarouco e Madeira (2011; 2013a; 2013b)

## **Partidos políticos, eleições e política externa**

A análise sobre política externa brasileira se debruça timidamente na sua relação com partidos políticos e ainda mais quando consideramos como partidos políticos e política externa se relacionam com eleições. Almeida (1992), ao analisar os programas partidários entre 1930 e 1990, conclui que o posicionamento político durante o período eleitoral é secundário quando comparado a outros temas de campanha. Essa motivação, mesmo que pequena, é fruto da existência histórica da dívida externa do país, da relação por vezes contenciosa com os Estados Unidos e pela preocupação latente com a integração regional. A posição político-partidária apresentada é uma reflexão pontual da evolução do Brasil como democracia, desde a influência de regimes anti-democráticos nos anos 1930 até à criação dos partidos políticos após o final do regime militar. O autor pontua, ainda no início do período democrático, que pressões da sociedade e a aproximação dos partidos políticos à ela tende a aumentar o interesse cada vez mais atores na formação da política externa. Voltaremos a esse ponto.

Oliveira e Onuki (2010), ao analisar os programas de governo do período entre 1998 e 2010, questionam se as posições nesses textos, comumente genéricas, podem ser tomadas como representativas das posições ideológicas desses partidos em política externa. Os autores dividem os programas de governo em três grandes grupos, sendo eles: viés ideológico (centro-esquerda e centro-direita), posições comuns aos partidos e prioridades específicas.

No primeiro, estão alocados temas como a integração regional, a dinâmica e divisão internacional e relações Norte-Sul e Sul-Sul, que polarizam os partidos. No segundo, multilateralismo e participação em regimes e organizações internacionais e os temas clássicos da política externa brasileira, como soberania, autonomia, princípio da não-intervenção e desarmamento. Por fim, no terceiro, se concentram os temas específicos a partidos, como o fomento ao comércio exterior no programa petista.

Mais recentemente, Lopes e Faria (2014) argumentaram que a política externa se tornou mais relevante a partir do momento em que o eleitor começou a perceber como o seu bem-estar é resultado das relações brasileiras com outros países, assim como pela distinção mais clara dos projetos dos principais partidos brasileiros, sendo eles o Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Esses esforços, embora fundamentais para a compreensão do relacionamento entre partidos, eleições e política externa, nos parecem limitantes devido ao tratamento ensaístico e pouco positivo de suas análises. Por conta disso, propomos em Contrera e Hebling (2017), uma análise quantitativa dos programas de governo apresentados pelos partidos que tiveram candidatos à Presidência da República utilizando escalas ideológicas e em relação ao posicionamentos dos partidos no cenário internacional. Acreditamos que essas escalas conseguem nos dar uma visão mais completa de como a política externa é percebida pelos partidos e tratada durante as eleições.

### **Partidos políticos e polarização**

A tomada do país por protestos em 2013 e posteriormente a eleição presidencial de 2014 mostraram além da insatisfação com o estado atual da democracia brasileira e sua responsividade perante às demandas dos eleitores, o quão polarizado o país estava. No ínterim entre 2014 e 2018, essa polarização só cresceria com os inúmeros problemas políticos e institucionais que vão desde o impeachment até a acusações de corrupção que culminaram com a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Brasil não está sozinho nesse cenário. A saída do Reino Unido da União Europeia, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, o crescimento exponencial de partidos de extrema-direita na Europa e a crise migratória no continente parecem ser alguns dos muitos exemplos de como eleitores e partidos parecem apoiar soluções mais extremas aos problemas existentes na sociedade. Entretanto, quais são as possíveis causas da polarização política de partidos?

Causas exógenas e endógenas podem explicar, em diferentes graus, o quão polarizado um sistema político é. Ao estudarem os Estados Unidos, Barber e McCarty (2015) apontam que as causas comumente apontadas pela literatura como responsáveis pela polarização partidária são a polarização do eleitorado, o realinhamento entre partidos Republicano e Democrata no início do século XX, o desenho de distritos (*gerrymandering*), as eleições primárias, desigualdade social, financiamento de campanhas e mudanças na grande mídia. Por outro lado, causas endógenas são as mudanças de regras e procedimentos no Congresso, pressões partidárias vinda de líderes, controle da agenda do partido da maioria, esforços de

Congressistas para diferenciarem seu próprio partido e a quebra de normas do bipartidarismo.

Embora não nos interesse nesse trabalho fazer um exame minucioso dessas causas, vale destacar que várias delas se referem ao momento da eleição ou impactam os programas partidários diretamente. Tomemos a polarização do eleitorado como exemplo. Se as preferências dos eleitores explicam os posicionamentos partidários, não apenas verificamos que os partidos possuem uma conexão direta com a sociedade, mas que também a presença de determinada posição em seu programa de governo, apresentado com o objetivo de ganhar a eleição, seja uma resposta a interesses do eleitorado e a política externa não está aquém disso. Parte substancial dos posicionamentos do atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, se referem a relações brasileiras com outros países, especialmente da América Latina, e da desacreditação de acordos multilaterais e da participação do país em organismos internacionais.

Embora vista como sendo uma das causas principais de paralisia decisória e instabilidade de governos, nem todo efeito da polarização é negativo. Assim como mostra Lupu (2013), a polarização partidária pode fortalecer os valores e ideais do partido e esclarecer as escolhas dos eleitores, levando à formação de laços mais estreitos entre os eleitores e os partidos.

Definida por Sartori (1976) como sendo a distância ideológica entre candidatos, partidos e/ou eleitores, a polarização transforma a distribuição de posições políticas ou posições ideológicas, mudando de centrípeta para centrífuga. É importante ressaltar que a polarização pode ser dividida em “percebida” e “declarada” (*c.f.* Ascencio e Powell, 2016). Enquanto a primeira é medida através de surveys de opinião, a segunda é baseada nas posições de programas de governo e avaliadas pelo Projeto Manifesto. Neste trabalho, tomaremos como evidência de polarização os programas de governo usados para as candidaturas à Presidência da República.

## **Dados e Métodos**

Analisamos os manifestos de campanha dos 13 partidos que lançaram candidatura à Presidência da República Federativa do Brasil em 2018. São eles: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Socialista dos Trabalhadores

Unificados (PSTU), o Partido Social Liberal (PSL), a Rede Sustentabilidade (REDE), o Podemos (PODE), o Democracia Cristã (DC), o Partido Novo (NOVO), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Patriota (PATRI) e o Partido Pátria Livre (PPL).

Adicionalmente, comparamos as estimações realizadas nos manifestos das eleições de 2018 com as estimações realizadas nos manifestos das eleições de 2014. Por fim, estimamos e as comparamos também com as posições partidárias nos manifestos das eleições de 2010. Todos os manifestos de campanha analisados estão disponíveis no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e podem ser consultados através da plataforma *DivulgaCand*.

Para conduzir esta investigação partimos de uma técnica quantitativa, a Análise de Conteúdo. Especificamente, empregamos uma análise temática. O intuito desta análise é quantificar a frequência de categorias – construídas, identificadas e classificadas nos textos a partir de um critério semântico. Este procedimento, segundo Bardin (2002) visa elucidar a importância de determinada temática, a qual varia de acordo sua frequência de aparição.

Análises de conteúdo categóricas podem partir de diferentes modelos para codificar documentos. Esses podem ser abertos (categorias são criadas durante o processo de análise), fechados (parte-se de um quadro de categorias específicas) ou mistos (parte-se de um quadro de categorias específicas e criam-se novas categorias no decorrer do processo de análise). Aqui partimos de um modelo misto, visto que existe uma metodologia específica com um quadro de categorias para análise de manifestos, mas o consideramos insuficiente para tratar do objeto deste artigo.

*Quadro 1: Categorias de Análise da Política Externa Brasileira*

<b>CÓDIGO</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
DNP*	Defesa Nacional (positivo)	<p>Refere-se à importância da segurança e defesa externa. Pode incluir declarações relativas a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A necessidade de manter ou aumentar as despesas militares;</li> <li>• A necessidade de garantir efetivos adequados no serviço militar;</li> <li>• A necessidade de modernizar as forças armadas e melhorar a força militar; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação profissional dos militares;</li> </ul> </li> <li>• A necessidade de rearmamento e de autodefesa;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• A necessidade de manter as obrigações dos tratados militares.</li> </ul>
DNN*	Defesa Nacional (negativo)	<p>Referências negativas para os militares ou ao uso da força militar para resolver os conflitos. Pode incluir referências a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuir as despesas militares;</li> <li>• Desarmamento;</li> <li>• reduzir ou suprimir conscrição para o serviço militar.</li> </ul>
DPP*	Diplomacia (positivo)	<p>Declaração de crença na paz e nos meios pacíficos para resolução de crises - referência ausente para defesa nacional. Pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A paz como objetivo geral;</li> <li>• Desejabilidade de países que aderiram em negociações com países hostis;</li> <li>• Fim de guerras com o intuito de estabelecer a paz;</li> <li>• Crença no uso da diplomacia como meio para resolução de conflitos;</li> <li>• Aumento do corpo diplomático e de gastos com o mesmo.</li> </ul>
DPN***	Diplomacia (negativo)	<p>Refere-se à declarações que, embora não neguem a paz ou uso de meios pacíficos para resolução de crises, refira-se a uma:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• diminuição do corpo diplomático e se de seus custos ou</li> <li>• diminuição da participação do país nos organismos internacionais como agente pacificador ativo.</li> </ul>
AIM*	Anti-imperialismo	<p>Referências negativas ao comportamento imperial e / ou referências negativas a um Estado que exerce forte influência (política, militar ou comercial) em relação a outros estados. Também podem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• referências negativas ao controle de outros países como se fossem parte de um império;</li> <li>• referências negativas ao controle do capital financeiro internacional sobre setores da economia nacional</li> </ul>
INS***	Inserção Internacional	<p>Referência positiva a um papel maior do Brasil no mundo, tanto político quanto economicamente.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.</li> <li>• Maior participação do Brasil no FMI, no Banco Mundial, dentre outros organismos internacionais.</li> <li>• Difere-se da categoria "internacionalismo positivo" por não mencionar a cooperação internacional. Admite-se nessa categoria apenas a cooperação econômica com organismos em que o Brasil está inserido (Brics, Unasul e Mercosul) e cuja inserção é buscada em conjunto com os outros membros desses organismos.</li> </ul>



ITP*	Internacionalismo (positivo)	<p>Necessidade de cooperação internacional. Também pode incluir referências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajuda aos países em desenvolvimento;</li> <li>• Necessidade de planejamento mundial para uso de recursos;</li> <li>• Apoio à governança global;</li> <li>• Necessidade de tribunais internacionais;</li> <li>• Apoio à ONU ou a outras organizações internacionais.</li> </ul>
ITN*	Internacionalismo (negativo)	<p>Referências negativas à cooperação internacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Menções favoráveis à independência e soberania nacional do Brasil em matéria de política externa;</li> <li>• Isolamento e / ou unilateralismo em oposição ao internacionalismo; redução de auxílio à organizações internacionais</li> <li>• Negar auxílio/não perdoar dívidas de países em desenvolvimento</li> </ul>
ECO**	Economia	<p>Menções a objetivos e conjunturas econômicas não cobertos pelas demais categorias e/ou que não apresentam orientações ideológicas.</p>
EST**	Estatização	<p>Refere-se a manutenção ou ao aumento da participação do setor público na Economia vis a vis à participação estrangeira. Inclui menções ao:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de monopólio estatal sobre a exploração de determinado recurso natural como petróleo e gás</li> <li>• Estatização de empresas privadas ou reestatização de empresas públicas que foram privatizadas (com participação de capital estrangeiro)</li> <li>• Crítica à privatização de empresas públicas, passadas a multinacionais.</li> </ul>
PRP**	Protecionismo (positivo)	<p>Menções favoráveis à manutenção ou ampliação do mercado interno em face da concorrência externa. Pode incluir políticas de subsídio à produção e à exportação.</p>
PRN**	Protecionismo (negativo)	<p>Apoio ao livre comércio e mercados abertos com o exterior. Inclui propostas para abolir todos os meios de proteção do mercado interno.</p>
SUS**	Sustentabilidade	<p>Refere-se à políticas gerais em favor de proteger o meio ambiente e à luta contra a mudança climática em escala global. Pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• uma grande variação de políticas que têm o objetivo único de proteção ambiental do planeta.</li> <li>• Políticas que se referem ao desejo de expansão ou priorização em investimentos sustentáveis.</li> </ul>

DIR***	Direitos Individuais	Defesa de direitos individuais e humanos de brasileiros no exterior, bem como de estrangeiros que estejam sofrendo agressões de seus próprios países. Condenação à homofobia, xenofobia, fascismo e racismo praticado por outros países contra seu povo ou outros povos.
--------	----------------------	--

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do *Manifesto Project*

\*Categorias definidas à priori presentes no domínio “relações exteriores” do *Manifesto Project*. A categoria “Diplomacia (positivo)” é identificada como “Paz” no referido método.

\*\*Categorias presentes em outros domínios do Manifesto Project interpretadas no contexto da política externa.

\*\*\*Categorias criadas à posteriori.

### A política externa nas eleições de 2018

Os manifestos de PSOL (118) e PDT (104) nas eleições de 2018 foram aqueles em que verificamos maior ênfase em questões de política externa, em números absolutos de unidades de registro. Em seguida vieram, PT (69), REDE (44), PPL (32), PSTU (26), PSL (25), PATRIOTA (20), MDB (19), NOVO (18), PODEMOS (10), PSDB (8) e DC (4). Assim como verificamos na análise dos manifestos das eleições de 2014, em 2018 a maioria dos partidos foi mais propositivo do que analítico na política externa. Também como em 2014, foram exceções à esta característica partidos de esquerda. Apenas 44% das posições do PSOL e 46,2% das posições do PSTU foram propositivas. Em lados opostos no espectro ideológico, os dois partidos que chegaram ao segundo turno nas eleições, PSL (24%) e PT (17,4%), foram os que mais expressaram análise de conjuntura positiva na política externa. Em contraste, o partido até então no governo, MDB, não expressou a análise de conjuntura positiva. Os partidos mais propositivos em 2018 foram DC (100%), MDB (94,7%) e PODEMOS (90%). Os dados completos desta análise estão compilados na tabela a seguir.

*Tabela 1 - Classificação das unidades de registros (quasi-sentenças) em proposta ou conjuntura (em %)*

	Conjuntura Positiva	Conjuntura Negativa	Conjuntura Neutra	Proposta Geral	Proposta Específica
<b>DC</b>				100%	
<b>MDB</b>			5,3%	68,4%	26,3%
<b>NOVO</b>	5,6%	27,8%	5,6%	22,2%	38,8%
<b>PATRIOTA</b>	15%	25%	5%	25%	30%
<b>PDT</b>	4,8%	6,7%	2,9%	39,4%	46,1%

<b>PODEMOS</b>	10%			30%	60%
<b>PPL</b>	9,4%	21,9%	3,1%	31,2%	34,4%
<b>PSDB</b>	12,5%			62,5%	25%
<b>PSL</b>	24%	16%		52%	8%
<b>PSOL</b>	0,8%	53,4%	1,7%	20,3%	23,7%
<b>PSTU</b>		53,8%		11,6%	34,6%
<b>PT</b>	17,4%	26,1%		31,9%	24,6%
<b>REDE</b>	6,8%	9,1%		68,2%	15,9%

Fonte: elaboração própria dos autores

As temáticas mais frequentes nos manifestos foram Economia (10 manifestos), Internacionalismo (positivo) (9) e Defesa Nacional (positivo) (8). Apenas a categoria Diplomacia (negativo) não foi codificada em nenhum manifesto. PDT (12), PSOL (11) e PT (10) foram os partidos que cobriram o maior número de temáticas distintas em seus manifestos. Em contrapartida, DC e PSTU se concentraram em apenas três temáticas cada um. A frequência de todas as categorias, por manifesto, está compilada na tabela abaixo.

*Tabela 2 - Frequência de aparição das categorias temáticas (em %)*

	DNP	DNN	DPP	DPN	AIM	INS	ITP	ITN	EST	ECO	PRP	PRN	SUS	DIR
<b>DC</b>			25%				50%			25%				
<b>MDB</b>	26,3%						21%			5,3%		26,3%	5,3%	15,8%
<b>NOVO</b>						11,1%	11,1%			22,2%		50%	5,6%	
<b>PATRIOTA</b>	25%				15%			20%		30%	10%			
<b>PDT</b>	30,8%	1%	4,8%		9,6%	10,6%	18,2%	3,8%	6,7%		1%	2,9%	9,6%	1%
<b>PODEMOS</b>	30%									10%	10%	50%		
<b>PPL</b>	9,4%				9,4%	15,6%	15,6%		3,1%	21,9%	25%			
<b>PSDB</b>										12,5%		25%	50%	12,5%
<b>PSL</b>	52%		4%				20%	4%			4%	16%		
<b>PSOL</b>		2,5%	11%		51,7%	5,1%	10,2%	1,7%	2,5%	3,4%	1,7%		1,7%	8,5%
<b>PSTU</b>					53,8%				38,5%	7,7%				
<b>PT</b>	14,5%		10,1%		7,3%	17,4%	18,8%		4,3%	2,9%	7,3%		14,5%	2,9%
<b>REDE</b>	9,1%		6,8%		2,3%	9,1%	18,2%					36,3%	15,9%	2,3%

Fonte: elaboração própria dos autores.

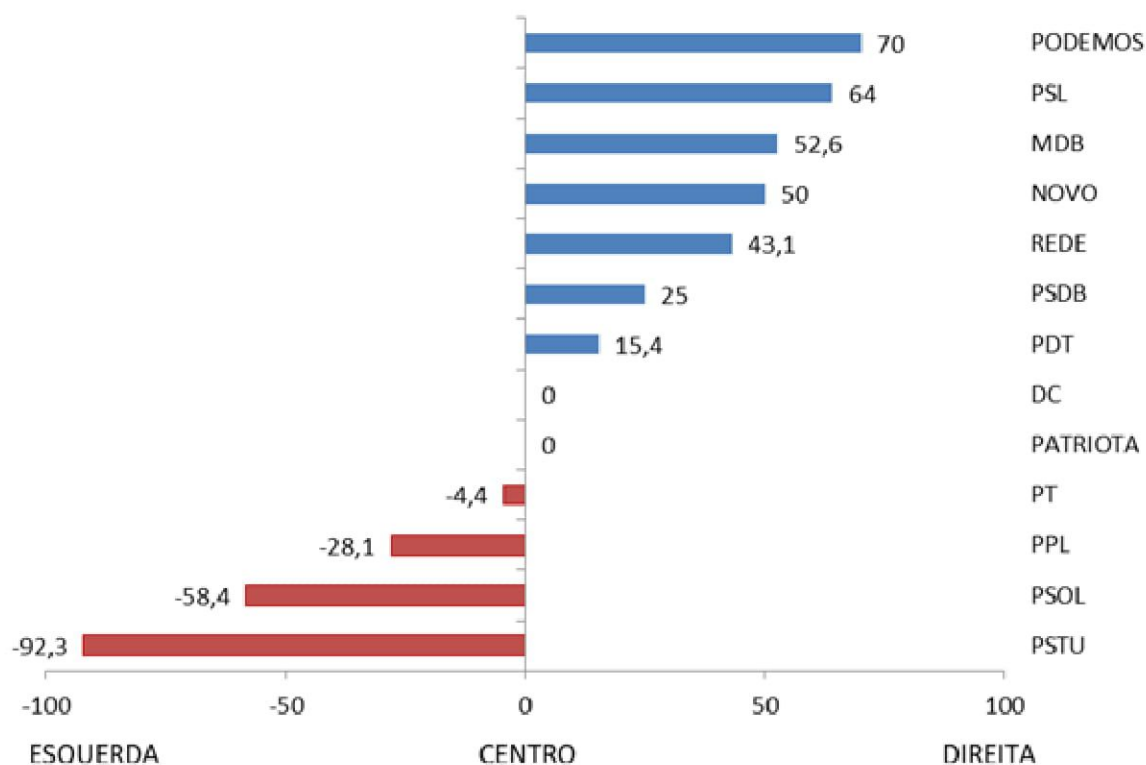
### **Os posicionamentos partidários nas escalas esquerda-direita e minimalista-protagonista.**

Para analisar as posições partidárias nos manifestos das eleições de 2018, em termos de perspectivas ideológicas, agrupamos as temáticas de política externa nas escalas esquerda-direita e minimalista-protagonista. Representam perspectivas de esquerda as categorias “Estatização”, “Anti-imperialismo”, “Protecionismo (positivo)” e “Defesa Nacional (negativo)”. Por outro lado, representam perspectivas de direita as categorias “Protecionismo (negativo)” e “Defesa Nacional (positivo)”. Desse modo, se por um lado a escala esquerda-direita na política externa tem como foco contrapor perspectivas sobre o grau de intervenção estatal na economia, por outro, tem como objetivo diferenciar perspectivas sobre o escopo e atuação das forças armadas.

Após efetuar a soma das frequências das categorias de esquerda e direita foi realizada uma subtração entre as duas somas. Resultados positivos indicam posições à direita, enquanto que resultados negativos indicam posições à esquerda. A escala varia de -100 à +100, sendo esses considerados os pontos extremos de esquerda e direita, respectivamente.

Os resultados apontaram os posicionamentos do PSTU à extrema-esquerda, do PSOL e do PPL à esquerda, do PT à centro-esquerda, do PATRIOTA e do DC ao centro, do PDT e do PSDB à centro-direita, e da REDE, NOVO, MDB, PSL e PODEMOS à direita. Em grande medida, os posicionamentos dos partidos na escala esquerda-direita na política externa nas eleições de 2018 são condizentes com os posicionamentos ideológicos atribuídos aos partidos por especialistas, quando analisam as posições políticas em geral. São exceções os manifestos de PDT, REDE e MDB, posicionados mais à direita na política externa que os manifestos de PATRIOTA e DC, os quais são recorrentemente classificados por especialistas à direita. Essas tendências podem ser observadas no gráfico abaixo:

*Gráfico 1 – Posições dos partidos que disputaram as eleições de 2018 na escala esquerda-direita da política externa.*



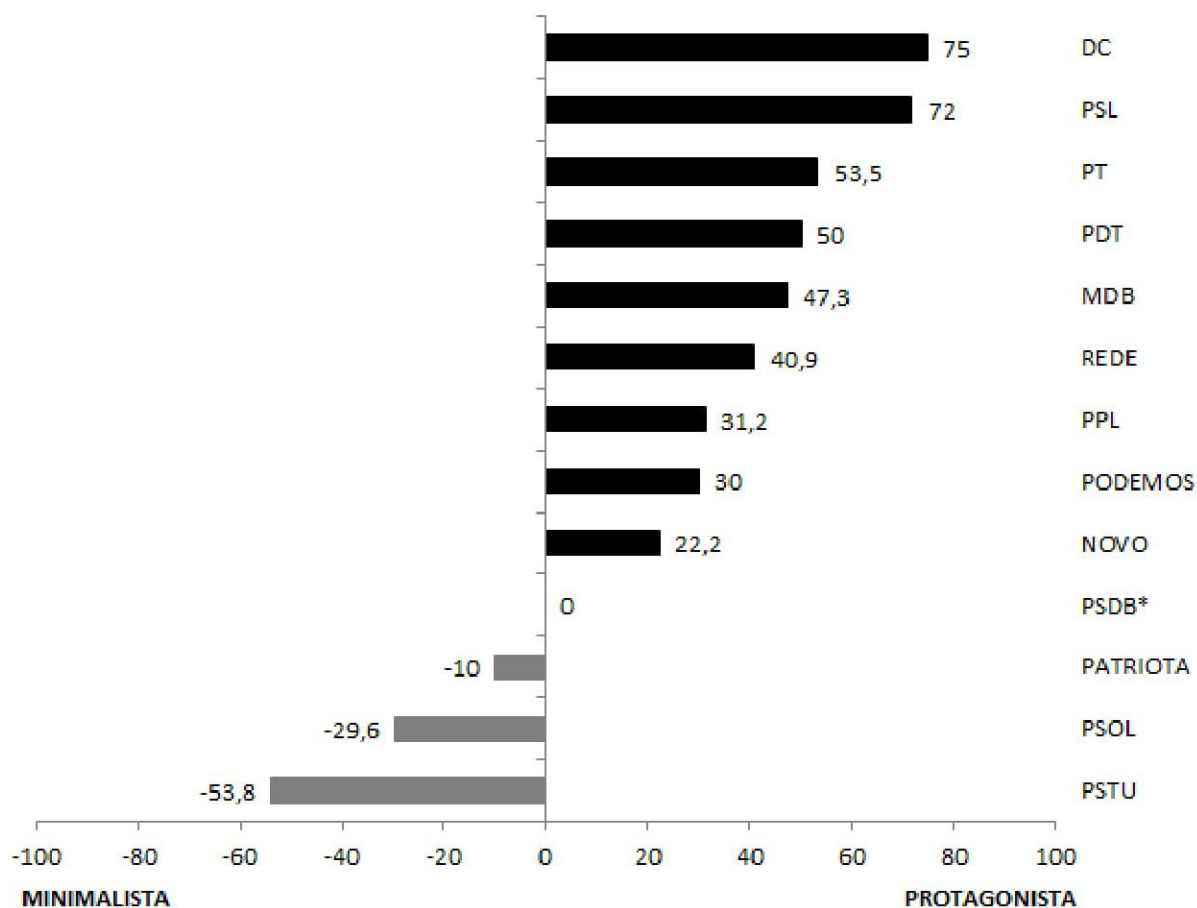
Fonte: elaboração própria dos autores.

Para verificar a posição dos partidos quanto ao escopo e à atuação do Brasil no exterior, calculamos também a posição dos partidos na escala minimalista-protagonista. Uma posição minimalista é representada por posições partidárias classificadas nas categorias “Anti-imperialismo”, “Defesa Nacional (negativo)”, “Internacionalismo (negativo)” e “Diplomacia (negativo)”. Por outro lado, uma posição protagonista é tipificada por posições partidárias classificadas nas categorias “Inserção Internacional”, “Defesa Nacional (positivo)”, “Internacionalismo (positivo)” e “Diplomacia (positivo)”. Desse modo, essa escala tem como objetivo analisar se perspectivas internacionalistas, que ao mesmo tempo, buscam a expansão do papel do Brasil em organizações e no sistema internacional e o fortalecimento da defesa e da segurança nacional, são percebidas pelos partidos como busca de protagonismo internacional ou, contrariamente, se são percebidas pelos partidos como exercício de imperialismo.

Os resultados das estimações apontaram o PSTU, o PSOL e o PATRIOTA posicionados no espectro minimalista da escala. No espectro protagonista estão posicionados NOVO, PODEMOS, PPL, REDE, MDB, PDT, PT, PSL e DC. O manifesto do PSDB não apresentou posições em quaisquer das categorias desta

escala e, portanto, não pode ser posicionado. Estas posições podem ser verificadas no gráfico abaixo.

*Gráfico 2 – Posições dos partidos que disputaram as eleições presidenciais de 2018 na escala minimalista-protagonista*



Fonte: elaboração própria dos autores.

Comparando as estimações da escala esquerda-direita com as estimações da escala minimalista-protagonista podemos perceber que os partidos mais próximos à extrema-esquerda são também os partidos posicionados como minimalistas. De outro modo, partidos de centro-esquerda aparecem posicionados como protagonistas. Isso se deve à concepção distinta que os partidos de centro-esquerda apresentam em relação às forças armadas, associada à defesa da soberania e ao ativismo na política externa. Em contrapartida, os partidos à extrema-esquerda tendem a se posicionar contrariamente à posições que poderiam ser interpretadas como imperialistas, como o emprego de tropas brasileiras no exterior, por exemplo. Por conta destas distintas concepções o PT apareceu mais próximo de seu principal adversário na eleição de

2018, o PSL, do que de PSOL e PSTU. O mesmo se aplica a PPL e PDT, que distanciam-se dos partidos de extrema-esquerda em posições sobre o protagonismo do Brasil no exterior. Apresentamos a seguir um panorama geral das posições manifestadas pelos partidos naquelas temáticas de política externa.

### *Intervenção estatal na economia e livre-mercado*

Expressa na categoria “Protecionismo: negativo”, a defesa do livre-comércio e de maior abertura comercial foi manifestada por PODEMOS, PSL, MDB, NOVO, REDE, PSDB e PDT. Entre as propostas mais abordadas pelos partidos está a negociação de novos acordos de livre-comércio (PODEMOS, MDB, NOVO, REDE e PSDB), o aprofundamento do livre-comércio dentro do MERCOSUL (MDB, REDE e PDT), a conclusão das negociações com a União Europeia (MDB e REDE), a busca de um acordo de livre-comércio com a Aliança do Pacífico (REDE), e a redução de tarifas de importação (PODEMOS, PSL, REDE e PDT). Especificamente, o NOVO propôs ainda a eliminação das exigências de conteúdo local e revogação das referências na legislação comercial por “similar nacional”, a internacionalização das empresas brasileiras com a remoção de barreiras ao investimento no exterior e o fim da indução privilegiada de “campeões nacionais”.

Em contrapartida, a defesa de medidas protecionistas na economia estão presentes em partidos de todas as matizes ideológicas, da esquerda à direita. A esse respeito, o PODEMOS propõe a defesa do produto nacional pela isonomia econômica. O PSL salienta a necessidade de não celebrar acordos comerciais espúrios, sobretudo com “ditadores internacionais”. O PATRIOTA, por sua vez, propõe fortalecer a competitividade das *commodities* brasileiras no mercado internacional. Já o PDT defende em seu manifesto o desenvolvimento de mecanismos que facilitem o acesso dos exportadores a financiamentos com custos compatíveis aos obtidos por seus concorrentes externos. PT e PPL defenderam a criação de um imposto regulatório sobre a exportação. PSOL e PT manifestaram ainda preocupação com a volatilidade da taxa de câmbio.

A estatização ou reestatização de empresas públicas que foram privatizadas ou concedidas à exploração por empresas privadas aparece como proposta nos manifestos de partidos identificados historicamente no campo da esquerda. Eles são PSTU, PSOL, PPL, PT e PDT. Com o intuito de resguardar a soberania nacional, sobretudo em relação ao setor energético, consta nos manifestos de PSTU, PSOL, PT

e PDT a defesa da Petrobrás e a recuperação dos campos do Pré-Sal vendidos pelo Governo Temer. A defesa do controle nacional do sistema hídrico foi manifestada por PSOL, PDT e PT. A retomada do controle da EMBRAER foi proposta por PSTU, PSOL, PPL, PT e PDT. Especificamente, o PSTU defendeu a reestatização da VALE e o PDT o controle nacional sobre a Eletrobrás.

Finalmente, o anti-imperialismo econômico foi manifestado pelo PSTU, PSOL, PPL, PT, PDT e PATRIOTA. Considerando que a economia brasileira é controlada por grandes empresas multinacionais, sob controle do capital estrangeiro, que se aproveitam de subsídios e isenções e de que a dívida externa constitui um dos principais mecanismos de subordinação do Brasil aos países ricos, seus bancos e empresas, o PSTU propôs a suspensão o pagamento da dívida externa. Assim como o PPL, o PSTU avaliou que o modelo do agronegócio brasileiro beneficia o capital financeiro internacional, sendo a principal expressão da desnacionalização da economia brasileira. O PSOL, por sua vez, avaliou que o governo Temer estava integrando o país às normas de reprodução do capital no plano internacional, “impondo uma política de desmonte institucional e promovendo a rapina das empresas estatais pelo capital internacional”. Desse modo, o golpe teria servido para mudar as relações entre capital e trabalho através das tentativas de privatização da Eletrobrás e do Aquífero Guarani, do aumento de participação de empresas estrangeiras em setores estratégicos para o país e de alterações na lei de mineração. O PT produziu análise semelhante, manifestando que a resposta dos países centrais no plano externo foi aprofundar as agressões imperialistas contra a soberania nacional dos países economicamente mais frágeis e desencadear as guerras de pilhagem contra alguns países, especialmente os detentores de importantes reservas de petróleo. O PATRIOTA, por sua vez, salientou que as empresas estatais estratégicas seriam modernizadas e não privatizadas e entregues às grandes corporações internacionais. O PDT propôs o desenvolvimento de uma agenda de reforma da ordem monetária global que criasse condições para ultrapassar o dólar como moeda-reserva do mundo. Finalmente, preocupações com a China foram manifestadas por PDT e PSOL. O PDT destacou a inadmissibilidade de um processo de endividamento com a China que acabe por comprometer a soberania do Brasil. Já o PSOL avaliou que a mudança qualitativa na entrada do capital chinês no Brasil se reflete na escala e velocidade, mas também na forma financeirizada deste processo, que torna mais difícil conhecer o destino dos investimentos.



### *Diplomacia, direitos humanos e internacionalismo*

Quanto à estrutura da diplomacia brasileira, o PSL apontou que o MRE precisa estar a serviço dos valores associados ao povo brasileiro. Já PT, PDT e PSOL destacaram a necessidade de reformar o Itamaraty. Especificamente, o PT assinalou a necessidade de seu fortalecimento, ante o desprestígio e sucateamento. O PDT, por sua vez, propôs a valorização do serviço diplomático, para assegurar aos diplomatas “os instrumentos e as condições de que precisam para atuar em prol do Brasil”. Por fim, o PSOL destacou a necessidade de democratização da política externa com a diversificação do quadro de servidores do Itamaraty. Identificando o Itamaraty como uma “estrutura elitista, corporativista e isolada da população”, o PSOL sugere que mulheres e negros ocupassem mais cargos e tivessem acesso aos cargos mais importantes no serviço diplomático.

Quanto ao papel da diplomacia, o PSOL apontou a necessidade do Brasil pedir perdão aos paraguaios pelo massacre da Guerra da Tríplice Aliança e propôs a cooperação da diplomacia brasileira com os países fabricantes de armas e munições visando seus controles. Ademais, a promoção da paz mundial esteve presente nos manifestos de DC, PT e REDE. No que diz respeito ao campo dos direitos individuais, MDB, PSDB, PDT, PT e REDE defenderam uma política externa orientada pela defesa da democracia e dos direitos humanos. Já o PSOL, além da defesa dos direitos humanos, destacou a defesa do princípio de solidariedade entre os povos, a proteção aos refugiados e a luta contra todas as formas de opressão no exterior.

Além de expressar posições que objetivam a cooperação internacional em temáticas como o comércio e a segurança, a análise da categoria “Internacionalismo (positivo)” revela o alinhamento estratégico internacional prioritário aos partidos em termos de parcerias com países do norte e do sul. Nesse sentido, podemos dividir os manifestos analisados em três grupos. No primeiro grupo encontram-se os partidos que manifestaram prioridade às relações sul-sul. Eles são o PSOL, PPL e PT. No segundo grupo encontram-se os partidos que apesar de enfatizarem as relações com o Sul, manifestaram a necessidade de fortalecimento das relações com países do Norte. Neste grupo estão PDT, REDE e MDB. Finalmente, está alocado no terceiro grupo o PSL, partido que manifestou prioridade em estabelecer relações bilaterais vis-a-vis às multilaterais e elencou como parceiros somente países do Norte.

No âmbito do fortalecimento das relações Sul-Sul, PSOL, PPL e PT falam em retomar, enquanto o PDT fala em reanimar, o processo de integração sulamericana. Para tal, o PSOL propõe reestruturar e atualizar organismos multilaterais como o Mercosul, a Unasul, a CELAC e o Conselho de Defesa Sulamericano. Este último também fora citado pelo PT. Já o PDT foca na integração das cadeias produtivas na América do Sul, dentro e fora do Mercosul. Em relação à Ásia e à África, o PSOL propõe o estabelecimento de parcerias para além das relações comerciais. A mesma orientação move o PT, que propõe retomar a cooperação com os africanos na saúde, educação, segurança alimentar e nutricional. Já a REDE, propõe criar um ambiente favorável para que empresas brasileiras participem do processo de transformação produtiva e do desenvolvimento sustentável da África. O PPL, por sua vez, propõe o fortalecimento das relações com a África. O PDT propõe a reconstrução das relações do Brasil com a China e com a África. No âmbito das organizações multilaterais, o PSOL propõe a retomada da priorização do IBAS, enquanto que o PPL propõe a consolidação dos BRICS.

Por outro lado, o fortalecimento das relações com o norte ganhou relevo nos manifestos de MDB, PDT e PSL. A este respeito, o MDB propôs negociar a adesão do Brasil à OCDE. Já o PDT propôs fortalecer as relações do Brasil com os EUA, através de parcerias capacitadoras entre as empresas dos dois países e do aprofundamento do comércio bilateral. O PSL, por seu turno, propôs que o Brasil deixasse de “desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália”, pois estes países teriam muito a oferecer ao Brasil “em termos de comércio, ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura”

No âmbito das temáticas específicas, DC, MDB e PPL propuseram iniciativas de cooperação na área da segurança. Especificamente, o DC propôs estabelecer intercâmbio Internacional permanente com Administrações Nacionais na área de segurança pública. Já o MDB, propôs que o Brasil trabalhasse tanto com parceiros tradicionais quanto com parceiros novos, como os BRICS, para ampliar os projetos de cooperação na área de segurança. O PPL, por fim, falou em garantir a participação do Brasil nos grandes experimentos internacionais ligados ao setor nuclear.

Ademais, partidos de todas as matizes ideológicas defenderam a integração do Brasil com as cadeias globais de valor. A este respeito, o NOVO propõe um Brasil integrado com o comércio mundial e com os sistemas de produção. O PSL propõe facilitar o comércio com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao

Brasil. Para o PDT, esta integração viria através de uma reforma da ordem mundial de comércio, para que esta deixasse de ser excludente de parcerias estratégicas entre governos e empresas e de regimes alternativos de propriedade intelectual. O PT, por sua vez, propõe promover a integração das cadeias produtivas regionais, o desenvolvimento da infraestrutura e o fortalecimento de instrumentos de financiamento do desenvolvimento, como Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM e o Banco do Sul. Já a REDE propõe promover o aumento da interdependência econômica, tecnológica, política e cultural com a América do Sul, América do Norte, União Europeia e Leste Asiático.

Finalmente, vale destacar outras iniciativas que perpassam o internacionalismo, tais como a defesa, pelo DC, de uma ordem social mundial baseada em princípios compartilhados; a proposta do NOVO de atração de talentos estrangeiros através da redução da burocracia para a revalidação de diplomas; e a proposta do PDT de implantação das convenções 100, 101 e 169 da Organização Internacional do Trabalho, referentes à discriminação em matéria de emprego, salário e profissão.

Em contrapartida, posições negativas ao internacionalismo foram manifestadas por PSL, PATRIOTA, PDT e PSOL. O PSL destacou que seu governo deixaria “de louvar ditaduras assassinas”, em uma possível referência à relação dos Governos petistas com Cuba e Venezuela. Por suas vezes, PATRIOTA, PDT e PSOL defenderam o princípio da soberania nacional. Para o PATRIOTA, o Brasil necessitava recuperar sua noção de soberania, enfraquecida pela falta de estadistas nacionalistas que defendem as riquezas do país. Já o PDT defendeu a criação de um projeto de construção da soberania nacional. Na visão do partido, o Brasil poderia ser parceiro sem ser protetorado dos Estados Unidos, para ganhar independência em tecnologias de comunicação e defesa. Por fim, o PSOL, além de se comprometer com a defesa da soberania e da autonomia, manifestou franca oposição a acordos com a OCDE.

#### *Segurança e Poder: O papel das forças armadas e a atuação do Brasil no exterior*

A busca de inserção internacional do Brasil no exterior foi manifestada por PSOL, PPL, PT, PDT, REDE e NOVO. A esse respeito, a busca por protagonismo e por um lugar no Conselho de Segurança da ONU foi almejada por REDE e PT, sendo que este último defendeu a reforma da instituição. PSOL, PDT e PT propuseram o fortalecimento dos BRICS. PDT e PT destacaram também a importância de fortalecimento do IBAS. PT e PSOL manifestaram a intenção do Brasil voltar a liderar

o Sistema Internacional de Direitos Humanos. Como forma de garantir uma inserção internacional soberana, PSOL e PDT propuseram, o fortalecimento de empresas públicas como Petrobrás e Eletrobrás e o fomento ao setor produtivo, com especial destaque para a indústria manufatureira de alta tecnologia, respectivamente.

Especificamente, o PPL propôs a retomada da política externa independente de João Goulart para fortalecer o desenvolvimento nacional. Visão semelhante foi manifestada pelo PDT, que destacou que a política exterior deve servir nossos interesses e valores, possibilitando ampliar, através de um projeto nacional de desenvolvimento, nosso espaço nas negociações políticas e comerciais globais. A REDE avaliou que política externa brasileira deveria ser ao mesmo tempo realista e transformadora, para identificar como modular as influências externas no benefício do país e como e quando projetar nossos interesses e influências para o aperfeiçoamento da sociedade internacional. O NOVO, por sua vez, propôs um Brasil mais inserido no mundo, orientando sua política externa à maior integração internacional e pautada exclusivamente pelos interesses do país. O PT, finalmente, destacou que sua política externa ativa e altiva abriu novos mercados e parcerias estratégicas com países em desenvolvimento e promoveu a expansão dos interesses nacionais em áreas geográficas antes praticamente abandonadas pela diplomacia do período neoliberal, como Oriente Médio, África e o sul da Ásia e propôs a retomada de uma atitude proativa no plano internacional, que passasse pela integração regional como base de inserção do país no mundo

A defesa do fortalecimento das Forças Armadas uniu partidos desde a centro-esquerda até a direita, estando presente dos manifestos de PPL, PT, PDT, MDB, REDE, PATRIOTA, PODEMOS e PSL. Entre as medidas propostas para seu fortalecimento destacamos o aumento de investimentos para gastos com defesa (PT, PDT; PATRIOTA), proteção e patrulhamento das fronteiras (MDB, PDT, PODEMOS, PATRIOTA, PSL e REDE), reorganização do complexo industrial de defesa (PDT, PT e PPL), a defesa do território amazônico e de nossos recursos naturais (MDB, PODEMOS, PPL), atenção com a segurança cibernética (MDB, PDT, PSL), recomposição e modernização dos equipamentos das Forças Armadas (PDT, PODEMOS e PSL), com aumento de sua qualificação tecnológica (PDT e PSL), recomposição e valorização do efetivo das FA e de suas condições de trabalho (PT, REDE, PATRIOTA, PSL).

Especificamente, o PT avaliou negativamente o desvirtuamento que as Forças Armadas tem sofrido em torno do cumprimento do seu papel constitucional de resguardar a nossa soberania. Para que o Brasil recupere sua soberania plena, o PATRIOTA sugere a união entre civis e militares. O apoio da sociedade civil é também destacado no manifesto da REDE, a respeito da atuação das forças armadas, que deverá ser fortalecida para cumprir sua missão constitucional de defesa da pátria. O PDT, por sua vez, destacou seu compromisso com a Estratégia Nacional de Defesa. E o PSL prometeu expandir os colégios militares para todas as capitais do país.

Por outro lado, a redução ou restrição do papel das Forças Armadas aparecem nos manifestos de PDT e PSOL. O PDT destacou que o emprego do Exército em operações internas deve ser sempre excepcional e suplementar, com prioridade para a defesa das fronteiras. O PSOL propôs três eixos de ação: 1) afastar as Forças Armadas de atividades policiais e desmilitarizar as Polícias; 2) subordinar, claramente, as Forças Armadas ao Poder Civil; 3) e manter as Forças Armadas mais como um instrumento dissuasório e de autodefesa do que uma máquina com objetivos belicistas.

PSOL, PPL, PT, PDT e REDE manifestam também posições contrárias ao imperialismo militar e em defesa da autodeterminação dos povos. Contrariamente ao imperialismo brasileiro, o PDT destacou que cabe ao Brasil ascender sem imperar, rejeitando a busca de protagonismo, prestígio e gestos de hegemonia, enquanto exerce sua liderança natural na América do Sul. O PSOL, por sua vez, criticou a intervenção brasileira no Haiti, que reproduziu a lógica de atuação das grandes potências e teria servido, na prática, como exercício de treinamento das forças armadas para o desempenho das funções de polícia e violações, especialmente no Rio de Janeiro. Contrariamente ao imperialismo americano, o PSOL propôs que o Brasil se posicione de forma clara contra os novos nacionalismos conservadores, em particular a política externa norte-americana de Trump, contra o militarismo. Propôs também um amplo movimento de retirada de bases militares norte-americanas no continente, e de oposição à possibilidade de presença da Quarta Frota no Atlântico Sul. De modo semelhante, o PDT também manifestou-se trabalhar contra a instalação de bases militares de potências externas no continente sul-americano. Já o PPL e o PT destacaram a necessidade de fortalecer as relações Sul-Sul para a conquista de autonomia frente aos EUA, superando sua hegemonia.

Especificamente, o PDT salientou não tolerar a compra por estrangeiros de ativos que compõem ou apoiam nosso complexo industrial de defesa e propôs o desenvolvimento de agenda de reforma da ordem de segurança no mundo que constranja as grandes potências no uso unilateral da força armada. O PSOL criticou o discurso das “novas ameaças” promovido pelas principais potências por despolitizar agendas, que passam a ser tratadas na lógica da exceção e de quebras dos mecanismos democráticos. Ademais, o partido criticou as violências sofridas pelos palestinos e outros povos oprimidos.

### *Sustentabilidade*

A temática da sustentabilidade foi presente nos manifestos de campanha do MDB, NOVO, PDT, PSDB, PSOL, PT e REDE. Com exceção do NOVO, que limitou-se em seu manifesto a apontar o caráter global da sustentabilidade, os demais partidos apresentaram propostas relacionadas à temática e comprometeram-se com os objetivos assumidos no Acordo de Paris. PDT, PSDB e PT comprometeram-se também com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os dois últimos destacaram ainda a necessidade de cooperação na gestão e valorização do bioma compartilhado da Amazônia. Particularmente, o PT defendeu a criação de um Fundo de Adaptação dos países da América Latina e do Caribe para apoiar países da região a enfrentar desastres climáticos. Por sua vez, o PSOL focou-se em propostas para zerar o desmatamento, visando ao Brasil “cumprir as metas assumidas na COP 21 do clima e na COP 13 da biodiversidade”. O PDT apontou medidas visando a redução do desmatamento e da poluição. Finalmente, a REDE destacou a liderança do Brasil nas discussões internacionais sobre mudança do clima e biodiversidade e sugeriu que a competitividade internacional da agropecuária brasileira poderia ser aumentada caso o país avançasse nas questões socioambientais.

### **Continuidade ou mudança? As variações nos posicionamentos dos partidos entre as eleições de 2010, 2014 e 2018.**

Entender uma única eleição pode restringir a capacidade analítica de maiores processos político-democráticos que ocorrem no Brasil e no mundo. Por isso, questionamos neste trabalho se existem mudanças significativas nos posicionamentos dos partidos que disputaram as eleições presidenciais brasileiras entre 2010 e 2018. A

análise aqui empreendida mostra tanto tendências de continuidade, como a manutenção da ordem de posicionamento dos partidos que disputaram as últimas três eleições na escala esquerda-direita, quanto tendências de mudança, tais como movimentos de partidos mais à esquerda e mais à direita. Os dados completos podem ser observados no gráfico 3.

*Gráfico 3 – Posicionamento partidário na escala esquerda-direita em política externa nas eleições de 2010, 2014 e 2018.*



Fonte: elaboração própria dos autores.

PSTU, PSOL, PT, DC e PSDB são os únicos partidos que encabeçaram chapa nas três últimas eleições presidenciais. Constata-se que, nesse período, os cinco partidos moveram-se mais à esquerda em 2018, sem alterar a ordem de posicionamento entre eles de uma eleição para outra.

Saindo por um momento do ponto de vista partidário, é possível compararmos os posicionamentos da candidatura de Marina Silva nas três eleições, cada uma delas disputada por um partido diferente. Em 2010, pelo PV, Marina se posicionou à centro-

direita, marcando 20. Em 2014, no PSB, marcou 37,5. Em 2018, a REDE marcou 43,1. Trata-se de uma variação que posiciona a candidatura de Marina Silva mais à direita na política externa, de eleição para eleição, em um sentido contrário aos posicionamentos daqueles cinco partidos. Nesse ponto, é interessante compararmos essas estimativas com as do PSDB. Em 2010 e 2014, o PSDB estava à direita de Marina Silva. Em 2018, contudo, o PSDB ficou posicionado à esquerda da REDE. Desse modo, Marina Silva e PSDB seguiram tendências opostas. Enquanto o PSDB posicionou-se cada vez mais à esquerda, Marina Silva posicionou-se cada vez mais à direita nas eleições ocorridas entre 2010 e 2018.

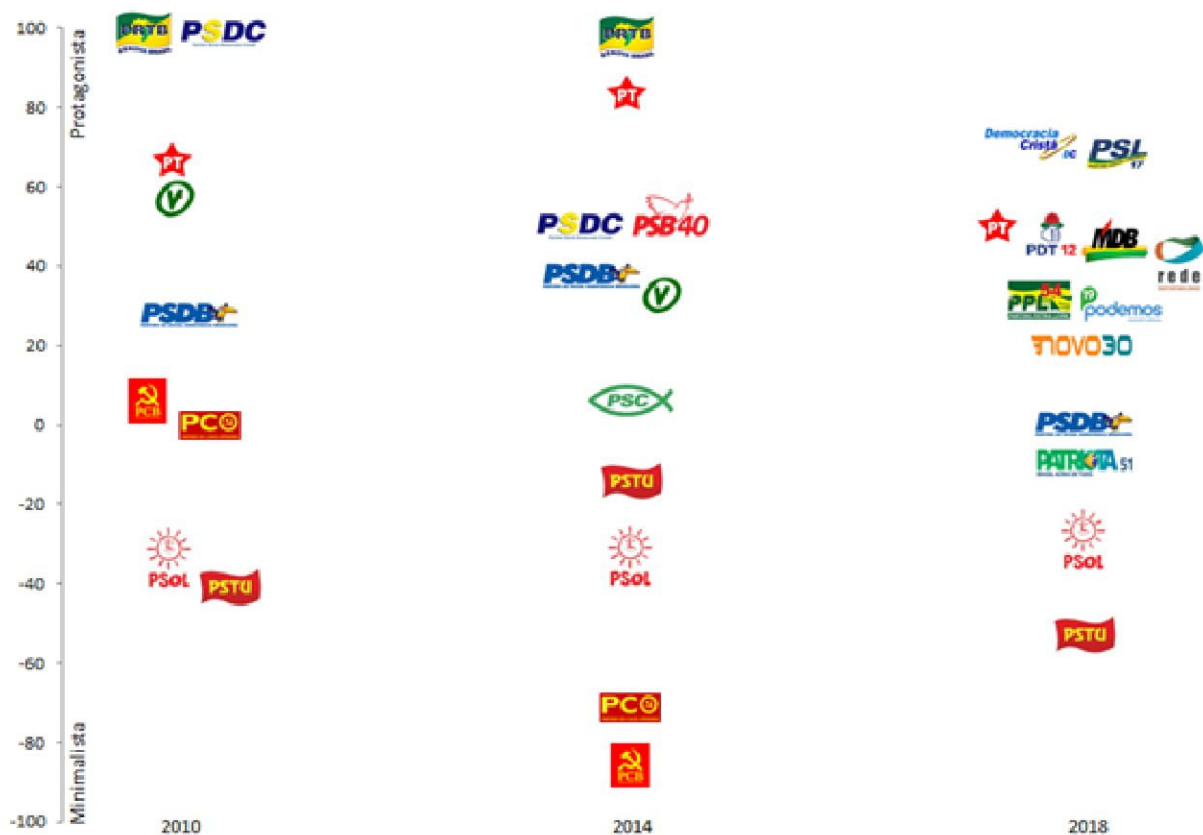
Estando posicionado como o partido mais à direita nas eleições de 2010 e 2014, o PSDB foi apenas o sexto partido mais à direita nas eleições de 2018, ficando atrás de PODEMOS, PSL, MDB, NOVO e REDE. Essa tendência decorre do partido ter optado por manifestar posições mais centristas em 2018, em uma estratégia para se contrapor à polarização entre PT e PSL em 2018.

Como podemos ver no gráfico 3, há um maior número de partidos posicionados à direita no espectro ideológico que i) concorrem para a Presidência da República e que ii) se aglutinam um pouco mais fortemente nessa posição. Na onda do crescimento da extrema-direita, partidos como PODEMOS, PSL e NOVO, assim como o então partido no governo, MDB, posicionaram-se à direita em 2018. O PRTB que havia disputado as eleições de 2010 e 2014 como cabeça de chapa, encampou a candidatura à vice na chapa do PSL em 2018. Uma análise dos posicionamentos do partido mostra que ele foi movendo-se mais à direita, de uma eleição para outra, culminando com a aliança com o PSL. Nesse sentido, o PSC que disputou as eleições de 2014 também moveu-se mais à direita em 2018, quando ocupou a candidatura à vice-presidência na chapa do PODEMOS.

Em um sentido contrário, partidos que disputaram as eleições de 2010 e 2014, mas não disputaram como cabeça de chapa nas eleições de 2018, como PV, PCO e PCB, moveram-se mais à esquerda de uma eleição para a outra. Finalmente, cabe destacar as posições em eleições únicas, como as de PSB e PDT, à centro-direita, em 2014 e 2018, respectivamente; o PATRIOTA ao centro e o PPL à esquerda nas eleições de 2018.



Gráfico 4 – Posicionamento partidário na escala minimalista-protagonista nas eleições de 2010, 2014 e 2018.



Fonte: elaboração própria dos autores.

No que diz respeito à comparação dos posicionamentos partidários na escala minimalista-protagonista (Gráfico 4) nas últimas três eleições presidenciais, podemos observar que os partidos geralmente classificados à esquerda e à extrema-esquerda são os que têm se posicionado no espectro minimalista da escala. Por outro lado, partidos de centro-esquerda, centro-direita, direita e extrema-direita têm se posicionado no espectro protagonista da escala. Em relação ao ordenamento dos partidos, de eleição para a eleição, podemos observar que o PT manteve nas três eleições um posicionamento mais protagonista que o do PSDB. Por outro lado, cabe destacar que nas três eleições consideradas ao menos um partido de direita posicionou-se como mais protagonista que o PT. Tratam-se de PRTB (2010 e 2014), DC (2010 e 2018) e PSL (2018). No lado minimalista do espectro, PSOL e PSTU, sempre próximos, alteraram a ordem de seus posicionamentos entre 2010 e 2018.

## **Conclusões**

Esperamos que as contribuições deste trabalho tenham se dado em duas frentes. Por um lado, estimadas nas escalas esquerda-direita e minimalista-protagonista, as posições dos partidos na política externa em 2018 foram contrastadas também com as posições partidárias estimadas nos manifestos das campanhas de 2010 e 2014. Os resultados demonstraram que houve uma guinada à direita nos manifestos dos partidos que disputaram as eleições presidenciais de 2018 e que apenas os partidos posicionados à extrema-esquerda defendem um papel minimalista para a política externa brasileira.

Por outro, ao comparar os manifestos partidários de 2018 com os das eleições de 2010 e 2014, verificamos que há estabilidade na ordenação ideológica dos partidos, da esquerda à direita. Há também uma maior aglutinação dos partidos no campo da direita quando comparado com à esquerda. Duas indicações podem ser feitas a respeito desse aspecto. Primeiro, é visível a institucionalização dos partidos políticos brasileiros e, para o eleitor médio, ficam mais claras as diferenças ideológicas entre eles. Segundo, o Brasil não pode ser excluído da onda conservadora que ocorre no mundo todo e que resulta da polarização na sociedade.

Esse trabalho indica que política externa e eleições pode ser uma área frutífera de análise. Há muito o que explorar, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Ainda é necessário trabalhos que compreendam um recorte de tempo mais significativo, procurando entender a relação entre as diferentes características do sistema político brasileiro e posicionamentos em política externa, assim como trabalhos que tratem qualitativamente dos discursos, seja em perspectiva comparada dentro do Brasil ou mesmo outros países. Ainda, há espaço para pesquisas que se debrucem sobre a relação da polarização em política externa com eventos no cenário internacional e os efeitos nos regimes democráticos contemporâneos.

## **Referências**

Ascencio, Sergio y G. Powell. 2016. "Party System Polarization: Citizen Perception, Manifesto Statements, and Change". Paper presented at the annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago.

Barber, Michael y Nolan McCarty. 2015. Causes and Consequences of Polarization. In N. Persily (Ed.), Solutions to Political Polarization in America (pp. 15-58). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9781316091906.002

Benoit, K., Laver, M. Lowe, W., y Mikhaylov, S. 2012. "How to scale coded text units without bias: A response to Gemenis". *Electoral Studies* 31: 605–8.

Contrera, Flávio, & Hebling, Matheus Lucas. 2017. Partidos políticos, ideologias e política externa nas eleições presidenciais brasileiras de 2014. *Colombia Internacional*, (90), 191-220.

Fiorina, Morris P. 2013. "Party Homogeneity and Contentious Politics," In *Can We Talk? The Rise of Rude, Nasty, Stubborn Politics*, eds. Shea, Daniel M. and Fiorina, Morris P.. New York Google Scholar: Pearson: 142–153.

Klingemann, H. D.; Volkens, A.; Bara, J.; Budge, I. and McDonald, M. 2006. *Mapping Policy Preferences II. Estimates for Parties, Electors, and Governments in Eastern Europe, the European Union and the OECD, 1990-2003*. Oxford: Oxford University Press.

Lupu, Noam. 2013. Party brands and partisanship: Theory with evidence from a survey experiment in argentina. *American Journal of Political Science*, 57(1), 49–64.

Merz, N., Regel, S., & Lewandowski, J. 2016. The Manifesto Corpus: A new resource for research on political parties and quantitative text analysis. *Research And Politics*, 3(2), 2053168016643346. doi: [10.1177/2053168016643346](https://doi.org/10.1177/2053168016643346)

Regel, S. 2010. *The Manifesto Project Database: A Large-scale Political Text Access and Analysis Database*. Amsterdam, the Netherlands.

Sartori, Giovanni. 1976. *Parties and party systems: A framework for analysis*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

Tarouco e Madeira. 2011. ESQUERDA E DIREITA NO BRASIL: uma análise conceitual *Revista Pos CSO*. v. 8, n. 15.

Tarouco e Madeira. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. [REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.7, n.2, p.93-114, maio-ago. 2013]

Tarouco, G. S. e Madeira, R. M. 2013. "Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil". *Rev. Sociol. Polít., Curitiba* 21(45):149-165.

Volkens, A., Ares, C., Bratanova, R., & Kaftan, L. (2015). Análisis de contenido de textos con referencias al Manifesto Project (2000-2015): temas, actores, y métodos para medir preferencias políticas. *RIPS: Revista De Investigaciones Políticas y Sociológicas*, 14(2). doi: [10.15304/rips.14.2.2895](https://doi.org/10.15304/rips.14.2.2895)

Volkens, A., Bara, J., Budge, I., McDonald, M. D., & Klingemann, H.-D. (Eds.). (2013). *Mapping Policy Preferences from Texts. Statistical Solutions for Manifesto Analysts*. Oxford: Oxford University Press.